



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **PROJETO DE LEI N.º 4.496, DE 2021** **(Do Sr. Tiago Mitraud )**

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, a fim de tornar automático os demais efeitos da condenação penal nos casos previstos no art. 92.

**DESPACHO:**

APENSE-SE À(AO) PL-6131/2019.

**APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

**PUBLICAÇÃO INICIAL**

Art. 137, caput - RICD

**PROPOSTA DE LEI N , DE 2020**

(Do Sr. TIAGO MITRAUD)

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, a fim de tornar automático os demais efeitos da condenação penal nos casos previstos no art. 92.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 92. São também efeitos automáticos da condenação:

.....  
Parágrafo Único. O juiz poderá excepcionar os efeitos da condenação previstos neste artigo, de forma motivada, em crimes não hediondos” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSTIFICAÇÃO**

No dia 13/11/2020 foi noticiado em jornal de grande circulação o caso de um funcionário público que, após cumprir pena pela prática de estupro de vulnerável, foi reintegrado aos quadros do Estado<sup>1</sup>.

A situação é inaceitável do ponto de vista da justiça social, uma vez que não bastasse estarem todos os cidadãos brasileiros pagando seu salário, o funcionário desempenha suas funções em um órgão estratégico e de segurança institucional, na Agência Brasileira de Inteligência (ABIN).

1 Conforme matéria disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/2020/11/13/governo-avalia-terias-a-servidor-da-abin-que-cumpre-pena-por-abuso-de-criancas>



De todo modo, o caso não encontra ilicitude no atual sistema jurídico, uma vez que a redação do Código Penal atribui ao juiz a competência e discricionariedade para aplicar ou não, como efeito da condenação, a perda do cargo público nos casos de aplicação de pena restritiva de liberdade por prazo superior a 4 anos.

Por esta razão, e considerando que em virtude da atual disciplina legal este não é um caso isolado, entende-se que o sistema penal deve ser reformado, estabelecendo-se como regra a aplicação automática da perda do cargo, a incapacidade para o exercício do poder familiar nos casos especificados e a perda do direito de dirigir quando veículo é utilizado como meio para prática de crime doloso.

Deputado **TIAGO MITRAUD (NOVO/MG)**



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Tiago Mitraud  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD217433660400>



**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA**  
 Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG  
 Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL  
 Seção de Legislação Citada - SELEC

**DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940**  
 Código Penal.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta a seguinte Lei:

CÓDIGO PENAL  
 PARTE GERAL

*(Parte Geral com redação dada pela Lei nº 7.209, de 11/7/1984,  
 publicada no DOU de 13/7/1984, em vigor 6 meses após a publicação)*

TÍTULO V  
 DAS PENAS

CAPÍTULO VI  
 DOS EFEITOS DA CONDENAÇÃO

Art. 92. São também efeitos da condenação: *(“Caput” do artigo com redação dada pela Lei nº 7.209, de 11/7/1984)*

I - a perda de cargo, função pública ou mandato eletivo: *(Inciso com redação dada pela Lei nº 9.268, de 1º/4/1996)*

a) quando aplicada pena privativa de liberdade por tempo igual ou superior a um ano, nos crimes praticados com abuso de poder ou violação de dever para com a Administração Pública; *(Alínea acrescida pela Lei nº 9.268, de 1º/4/1996)*

b) quando for aplicada pena privativa de liberdade por tempo superior a quatro anos nos demais casos. *(Alínea acrescida pela Lei nº 9.268, de 1º/4/1996)*

II - a incapacidade para o exercício do poder familiar, da tutela ou da curatela nos crimes dolosos sujeitos à pena de reclusão cometidos contra outrem igualmente titular do mesmo poder familiar, contra filho, filha ou outro descendente ou contra tutelado ou curatelado; *(Inciso com redação dada pela Lei nº 13.715, de 24/9/2018)*

III - a inabilitação para dirigir veículo, quando utilizado como meio para a prática de crime doloso. *(Inciso com redação dada pela Lei nº 7.209, de 11/7/1984)*

Parágrafo único. Os efeitos de que trata este artigo não são automáticos, devendo ser motivadamente declarados na sentença. *(Parágrafo único com redação dada pela Lei nº 7.209, de 11/7/1984)*

CAPÍTULO VII  
 DA REABILITAÇÃO

**Reabilitação**

Art. 93. A reabilitação alcança quaisquer penas aplicadas em sentença definitiva, assegurando ao condenado o sigilo dos registros sobre seu processo e condenação.

Parágrafo único. A reabilitação poderá, também, atingir os efeitos da condenação, previstos no art. 92 deste Código, vedada reintegração na situação anterior, nos casos dos incisos I e II do mesmo artigo. *(Artigo com redação dada pela Lei nº 7.209, de 11/7/1984)*

**FIM DO DOCUMENTO**